

Abismo

MARCOS LISBOA

Talvez seja útil esclarecer o que está em jogo quando o governo fala em abismo fiscal.

O Orçamento da União é composto por receitas correntes, decorrentes de impostos, contribuições e outras formas de arrecadação. O governo pode se endividar, desde que ache quem queira emprestar-lhe.

Esses recursos financiam as despesas com os salários de servidores, as aposentadorias e as políticas públicas, como segurança nacional, educação e saúde, além dos investimentos em infraestrutura.

A boa gestão requer que as despesas recorrentes, aquelas que ocorrem todos os anos, sejam financiadas por receitas correntes. Novas dívidas devem ser contratadas apenas para pagar as despesas de capital, como dívidas que vencem ou novos investimentos.

A razão é simples. Caso o governo comece a ser endividar para pagar as despesas correntes, o risco é a dívida entrar em uma trajetória explosiva e se tornar impagável.

Algo como começar a tomar dinheiro emprestado para pagar o aluguel.

Tudo bem se esse endividamento for consequência de problemas transitórios. Mas se todo ano forem necessários novos empréstimos para pagar as despesas do dia a dia, a dívida sai de controle.

Há uma opção, a inflação crescente, que reduz quanto o governo efetivamente paga de salários, aposentadorias e demais despesas públicas. Trata-se de uma opção perversa, no entanto, como sabem os mais velhos que vivenciaram os anos 1980.

Por essa razão, nossa legislação, como em muitos outros países, proíbe que o governo se endivide para pagar despesas correntes. Essa previsão legal é conhecida como regra de ouro.

Pois bem, desde 2017 a Secretaria do Tesouro vem alertando que as despesas obrigatórias crescem bem acima das receitas correntes e que iria faltar dinheiro até para pagar a conta de luz.

A saída seria reduzir o crescimento dos gastos obrigatórios, a começar pela reforma da Previdência. Aumentar a carga tributária é medida de vida curta, pois as despesas obrigatórias crescem cerca de 6% acima da inflação ao ano, bem mais do que cresce a renda do país, mesmo quando tudo está bem.

O Orçamento para este ano já antecipava que a regra de ouro seria violada e a opção seria o Congresso aprovar créditos suplementares para pagar despesas básicas, como o Bolsa Família. O novo governo dormiu no ponto e, agora, tenta correr atrás do prejuízo.

Alguns atribuem o problema à regra do teto que limita o crescimento do gasto público. Não sabem do que falam.

A luz amarela foi acionada pela regra de ouro, que sinaliza que estamos flertando com o desastre. Podemos trocar de sinaleiro e ignorar o tsunami. Não parece ser a melhor opção.

Equipe econômica bloqueia todo o orçamento de 140 políticas públicas

Tesoura afiada. Sem poder cortar despesas obrigatórias e com reforma da Previdência tramitando lentamente, restrições avançam sobre ações em áreas sensíveis, como contenções a enchentes, prevenção do uso de drogas e assistência para a agricultura familiar

Lorena Rodrigues
Aline Bronzati / BRASÍLIA

O governo federal congelou todo o Orçamento previsto neste ano para políticas em áreas sensíveis, como contenção de cheias e inundações, prevenção de uso de drogas, assistência à agricultura familiar e revitalização de bacias hidrográficas na região do São Francisco. Sem poder cortar as despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias, e com a reforma da Previdência tramitando lentamente, a guilhotina do governo teve de avançar sobre diversas políticas públicas.

Estudo da Associação Contas Abertas, feito a pedido do Estadão/Broadcast, mostra que cerca de 140 projetos de 11 ministérios estão com 100% de seus recursos bloqueados, a maioria deles na área de infraestrutura (ler mais ao lado). Segundo os dados, coletados nos

sistemas do governo, o contingenciamento de R\$ 30 bilhões, anunciado em março, congelou também mais de 40% dos recursos de outros 300 projetos. Com piora da economia, um novo corte, dessa vez estimado em R\$ 5 bilhões, será anunciado pela equipe econômica até quarta-feira, quando o governo tem de divulgar relatório com previsões para receitas e despesas deste ano. O Orçamento da União é dividido em programas, que são subdivididos em quase duas mil ações orçamentárias, cada uma representando uma política pública.

Uma das ações totalmente bloqueadas foi a que previa R\$ 31,9 milhões para a realização de estudos, projetos e obras para contenção de cheias e inundações e para controle de erosões marinhas e fluviais. Os recursos estavam previstos no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional. Enquanto cidades como Rio de Janeiro e São Paulo sofrem com os estragos causados pelas chuvas, a pasta perdeu ainda metade do dinheiro destinado a ações de defesa civil, cerca de R\$ 426,7 milhões. Já o Ministério de Infraestrutura teve bloqueadas 44,2% das despesas de apoio a sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais em municípios considerados críticos. "As

águas de março já se foram.

A leitura do governo é: vamos esperar até as próximas chuvas para que comecem a soltar recursos", diz Gustavo Fernandes, professor de Administração Pública da FGV EAESP. Após os recentes desastres ambientais enfrentados pelo País, caso de Brumadinho, a ação para aperfeiçoamento, modernização e expansão dos sistemas do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) perdeu R\$ 5,7 milhões, 74,4% do previsto. Um dos ministérios mais atingidos, Infraestrutura teve bloqueada ainda metade do orçamento para a construção da sede do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), R\$ 1,08 milhão. No Ministério do Meio Ambiente, 95,5% (R\$ 11,274 milhões) da verba para implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima foi congelada.

A pasta também perdeu 42,5% do orçamento do licenciamento ambiental federal. Procurado, o Ministério da Economia afirmou que a limitação financeira é dada de forma global, mas a definição sobre qual política deve ser priorizada é sempre do ministro de cada pasta.





TESOURA AFIADA

● Sem poder cortar despesas obrigatórias, restrições do governo avançam sobre áreas sensíveis

Políticas públicas que tiveram corte de 100%

MINISTÉRIOS	AÇÃO	VALOR BLOQUEADO EM MILHÕES DE REAIS
Infraestrutura	Diversos programas para construções e manutenções de trechos de rodovias	1.008,0
Desenvolvimento Regional	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais	32,0
Justiça e Segurança Pública	Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas	4,5
Infraestrutura	Manutenção e Operação de Portos Fluviais e Lacustres	1,9
Minas e Energia	Apoio à Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio)	867,6
Encargos Financeiros da União	Contribuição a diversos órgãos internacionais, como OMS, Unesco e OIT	249,3
Desenvolvimento Regional	Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego	475,0*
Desenvolvimento Regional	Ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares	3,5
Desenvolvimento Regional	Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	40,0
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	8,0*
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	19,7
Ciência, Tecnol., Inovações e Comun.	Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras	1,5
Ciência, Tecnol, Inovações e Comun.	Implantação do Centro Espacial de Alcântara	7,0
Economia	Construção do Parque Tecnológico do Inmetro	1,0

*VALOR SOMADO DE DIVERSAS AÇÕES

FONTE: SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL/ELABORAÇÃO: CONTAS ABERTAS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

‘Corte agora é no osso’, afirma Contas Abertas

Responsável pelo levantamento dos projetos atingidos pelo contingenciamento, o fundador da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, afirma que os cortes na educação, que motivaram protestos em mais de 200 cidades do País na semana passada, são só "a ponta do iceberg". "É um caos. Se há alguns anos o governo cortava gordura, nos últimos tempos veio cortando carne, e agora é corte no osso mesmo", afirmou. "São contingenciamentos com efeitos colaterais gravíssimos. A situação é uma economia na UTI, e está sendo aplicada uma medicação com fortes efeitos colaterais."

Segundo Castello Branco, foi a primeira vez que o governo tornou disponível no Siafi, sistema de contabilidade do Tesouro Nacional, o que foi contingenciado por programa e projeto. "Acho que o governo quer escancarar a crise fiscal e mostrar que a reforma da Previdência é inevitável", afirmou.

Zero. A maioria das ações com o orçamento zerado é de construção e adequação de trechos de rodovias. Juntas, essas políticas perderam mais de R\$ 1 bilhão. Tiveram todo o orçamento bloqueado, por exemplo, a adequação de ramais ferroviários em São Paulo, a construção de contorno rodoviário no entorno de Brasília (DF) e a adequação do anel rodoviário de Belo Horizonte (MG). Também foi totalmente congelado o valor previsto (R\$ 4,4 milhões) pelo Ministério da Justiça para prevenção de uso de drogas.

Já o Ministério da Agricultura perdeu toda a verba calculada para assistência técnica para agricultura familiar (R\$ 8 milhões) e para a reforma agrária (R\$ 19,7 milhões). No Ministério da Defesa, a previsão de recursos para operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO) sofreu congelamento de 81% (R\$ 38 milhões). / L.R e A.B